



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PARECER ÚNICO

Data: 4/4/2007

PARECER ÚNICO

Nº 094084/2007 (SUPRAM-ASF)

Indexado ao(s) Processo(s) Nº:

03109/2006/001/2006

Tipo de processo: Licença de Operação Corretiva

Incubatório

Licenciamento Ambiental (X) Auto de Infração ()

1. Identificação

Empreendimento (Razão Social) /Empreendedor (nome completo): FRANGO MINEIRO LTDA

CNPJ / CPF: 21.718.267/0001-99

Empreendimento (Nome Fantasia) FRANGO MINEIRO LTDA

Município: PITANGUI

Atividade predominante: INCUBATÓRIO

Código da DN e Parâmetro: G-02-03-8

Porte do Empreendimento

Potencial Poluidor

Pequeno () Médio () Grande (X)

Pequeno (X) Médio () Grande ()

Classe do Empreendimento

I ([c1]) II ([c2]) III ([c3]) IV ([c4]) V ([c5]) VI ([c6])

Fase Atual do Empreendimento

LP () LI () LO () LOC (X) Revalidação () Ampliação ()

Localizado em UC (Unidades de Conservação)?

(X) Não () Sim⇒⇒⇒

Bacia Hidrográfica: Bacia do rio Pará

Inspeção/Vistoria/fiscalização () Não (X) Sim	Relatório de Inspeção/ Vistoria/ Fiscalização Nº: ASF085/2006	Data: 13/12/2006
Notificações Emitidas Nº:	Advertências Emitidas Nº:	Multas Nº:

Gestor: Daniela de Lima Ferreira - Zootecnista

Equipe: Patrick de Carvalho Timocheuco- Eng Florestal

Silvestre de Oliveira Faria- Geólogo

Sônia Maria Tavares Melo - Advogada

2. Histórico

2.1 Descrição do histórico:

Trata-se de requerimento de Licença de Operação Corretiva do empreendimento FRANGO MINEIRO LTDA, localizada no município de Pitangui, coordenadas UTM X=510863 e Y=7822760, zona urbana.

A atividade do empreendimento é incubação de aves, classificada pela DN/74 com o código G-02-03-8, potencial poluidor/degradador pequeno e porte grande devido a quantidade de ovos incubados por mês que é 5.500.000, sendo configurado como atividade potencialmente poluidora, Classe 4.

Em 13/12/2006, foi realizada vistoria técnica à unidade incubatório de aves do referido empreendimento pela Zootecnista, Daniela de Lima Ferreira, Eng^o Florestal Patrick Carvalho Timochenco e pela Eng^a Agrônoma Samantha Martinez de Carvalho, quando foi constatado que a empresa opera com um quadro atual de funcionários de 95 pessoas com um horário de funcionamento de segunda a sábado sendo 03 turnos de 08h foi informado que área total do empreendimento é de 10.010 m². Na mesma ocasião constou-se que o empreendimento ainda não implantou o projeto de tratamento de efluentes descrito no PCA.

As informações prestadas no Relatório de Controle Ambiental - RCA e no Plano de Controle Ambiental - PCA, juntamente com os esclarecimentos feitos durante vistoria, pelo representante do empreendimento à equipe técnica da SUPRAM, foram consideradas satisfatórias, não havendo necessidade de solicitar Informações Complementares - IC.

Este parecer tem o objetivo de analisar técnica e juridicamente as informações que compõem o processo COPAM Nº 03109/2006/001/2006 que trata do requerimento de Licença de Operação Corretiva - LOC, além de subsidiar a decisão do órgão colegiado COPAM, para o empreendimento supracitado.

2.2 Processo Produtivo

O processo de incubação de aves consiste basicamente:

Os ovos são fornecidos pela Granja Planalto, empresa que encontra-se em processo de licenciamento junto à Diale (Divisão de Alimentos) na FEAM em Belo Horizonte sobre o número 00127/1992/007/2006, a qual já foi realizada vistoria e encontra-se em Análise Técnica.

Gestor: Daniela de Lima Ferreira - Zootecnista

Equipe: Patrick de Carvalho Timochenco- Eng. Florestal

Silvestre de Oliveira Faria- Geólogo

Sônia Maria Tavares Melo - Advogada



**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

PARECER ÚNICO

Data: 4/4/2007

Os ovos provenientes da Granja Planalto são transportados em caminhões climatizados (26°C), alojados em caixas de 30 dúzias. Cada caminhão carrega de 450 a 500 caixas, o que representa um total de 160.000 a 180.000 ovos por viagem em cada caminhão.

Quando recebidos os ovos são submetidos a um tratamento de fumigação com o produto Formaldeído em Pó. Em seguida, passam por um processo de classificação inicial através da pesagem, aqueles com peso abaixo de 57g são considerados inválidos e são separados dos demais. A Sala de Classificação possui climatização a uma temperatura entre 18°C e 22°C. Os ovos permanecem nessa sala de 4 a 6 horas.

Os ovos selecionados são transferidos para uma sala de aclimação, onde permanecem em torno de 8h, a uma temperatura de 24°C a 26°C. Já aclimatados, são levados para a Sala de Incubação, que está a uma temperatura de 27°C a 28°C, onde são preparados para a incubação, em torno de 2 horas. Instalados nas incubadoras, lá permanecem por 18 dias, a uma temperatura de 37,5°C. Nesse período, ocorre um monitoramento a cada 3 horas, para checagem e troca do formol líquido que fica alojado em um prato na parte inferior da incubadora. Pelas propriedades de volatilização do formol, e a forma como é usada no processo produtivo, este não deixa resíduos.

Passados 18 dias de incubação, os ovos são retirados das bandejas e são transferidos para caixas os quais são inseridos em "nascidouras", na Sala de Eclosão, onde os ovos permanecem por 3 dias, a uma temperatura de 36,5°C, para completar o nascimento dos pintos.

Após o nascimento, os pintos são recolhidos e transferidos para a Sala de Vacinação, Sexagem e Seleção. Nessa sala, passam por uma inspeção de não conformidades, quando são selecionados por suas características físicas. É feita também a sexagem daqueles selecionados, realizada por meio da análise da asa. Há vacinação contra doenças como Boba Aviária e Mal de Darek.

Os pintos selecionados, sexados e vacinados são levados para a sala de Inspeção Final e Acondicionamento, onde há uma última pesagem para se ter uma uniformidade de pintos na faixa de 38g a 48g.


Após a pesagem, os pintos são acondicionados em caixas, com capacidade de 100 pintos cada, e encaminhados para Sala de Expedição, daí seguem para os devidos locais de criação. Esse transporte é feito em caminhões climatizados à temperatura ambiente (aproximadamente 25°C).

2. Controle Processual

A documentação processual encontra-se em conformidade com o exigido no FOBI, correspondente a exigência legal, o que se dá com base nas informações constantes do FCEI, e no relatório de vistoria realizado pela equipe do órgão ambiental competente.

Vale Ressaltar que houve as publicações dos atos exigidos por lei e o devido recolhimento dos custos de análise do processo.

Gestor: Daniela de Lima Ferreira - Zootecnista
Equipe: Patrick de Carvalho Timochenco- Eng. Florestal
Sílvestre de Oliveira Faria- Geólogo
Sônia Maria Tavares Melo - Advogada

 <p>PROCESSO INTEGRAD de Regularização Ambiental</p>	<p>SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</p> <p>PARECER ÚNICO</p>	<p>Data: 4/4/2007</p>
--	---	------------------------------

Assim sendo, no que se refere ao uso de água, vale ressaltar que se encontra presente nos autos, o parecer técnico favorável ao deferimento da Outorga que se processou sob o número 091108/2007, para uso de água subterrânea, Portaria número 0731/2.007 publicada em 28/03/2.007.

O empreendimento localiza-se em zona urbana, portanto com base nas informações declaradas no FCEI, nada constou no FOBI em relação à exigência documental para Autorização Para Exploração Florestal - APEF, o que foi confirmado em vistoria. E, como, foi também declarada a desnecessidade de supressão de vegetação no local, torna-se, dispensada a apresentação de qualquer outro documento com a finalidade de proteção ambiental de floresta.

Assim sendo, nada obsta o deferimento da licença, por ter processado nos devidos moldes.

4. Caracterização Ambiental

O empreendimento está localizado em área urbana, no município de Pitangui. O município está inserido na região central do estado de Minas Gerais, caracterizado por apresentar altitude máxima de 1074 metros na serra do Jaguará e mínima de 672m na Foz do Rio Peixe. Temperatura média anual de 22,1°C, índice médio pluviométrico anual de 1230,3 m. Os principais cursos d'água são rio Pará e rio São João que pertence a Bacia do rio São Francisco.

A área ocupada pelo empreendimento apresenta-se totalmente isolada por muro e sinalizada. O entorno do prédio é calçado por bloquetes de cimento. Anterior ao muro há uma área não pavimentada coberta por grama e alguma árvores compondo um visual paisagístico.

Presença de algumas árvores no entorno compondo um visual paisagístico.

As águas pluviais são coletadas por canaletas e destinada à rede coletora de água e esgoto municipal.

Para aquecimento das incubadoras é utilizado energia elétrica.

A água utilizada no empreendimento para consumo humano é proveniente da COPASA e a água utilizada no processo produtivo é proveniente de poço tubular, de coordenadas X=510863 e Y= 7822760, já outorgado.

A vizinhança do empreendimento é caracterizado por residências e estabelecimentos comerciais, não havendo elementos naturais como corpos d'água e vegetação nativa próximos ao Incubatório em um raio de 500 metros.

Gestor: Daniela de Lima Ferreira - Zootecnista
 Equipe: Patrick de Carvalho Timochenco- Eng. Florestal
 Silvestre de Oliveira Faria- Geólogo
 Sônia Maria Tavares Melo - Advogada

5 - Da Utilização dos Recursos Hídricos

A água utilizada no processo produtivo para a higienização dos setores de produção e equipamentos do processo é proveniente de poço tubular outorgado pela portaria 0731/2007. Na lavanderia e refeitório é utilizada água proveniente da COPASA. Há no empreendimento um sistema de recirculação das águas utilizadas na umidificação das incubadoras.

6 - Da Exploração Florestal

O empreendimento está em funcionamento desde 15/03/1989 e é localizado em zona urbana e não haverá exploração florestal.

7- Descrição dos Impactos identificados

Os resíduos sólidos existentes no empreendimento são constituídos basicamente por ovos quebrados e ovos eclodidos, pintos vivos desclassificados e pintos mortos, penugem, vidraria e caixas de vacinas, agulhas e seringas, que são gerados constantemente pelas etapas do processo de incubação, principalmente na classificação de ovos, eclosão, sala de vacinação/sexagem/seleção e inspeção final/acondicionamento.

Há ainda a produção de resíduos provenientes do processo e manutenção e reposição de peças e estruturas, como: óleo lubrificante usado, embalagens de produtos de limpeza e insumos, embalagens plásticas e lâmpadas. Além da produção de resíduos de material de escritório e refeitório.

Na data da vistoria os resíduos sólidos gerados estavam sendo encaminhados para a rede de coleta municipal, exceto os constituídos por pintos vivos desclassificados e pintos mortos, cascas de ovos quebrados e eclodidos que são direcionados para graxaria do Frigorífico Alvorada no município de Martinho Campos devidamente licenciada.

As cargas poluidoras presentes nos despejos líquidos provenientes do estabelecimento, são constituídas em grande parte por materiais de limpeza, como detergentes, sabão em pó, formaldeído pó, hipoclorito de sódio (sol.50%) e fomol líquido, provenientes do processo de incubação e da limpeza constante de pisos, caixas, compartimentos de nascimento, utensílios e mesas de trabalho.

As principais etapas desse processo geradoras de efluentes são: chegada de ovos, eclosão e inspeção final, nestes setores são promovidas continuamente operações de lavagem de pisos, caixas e limpeza dos equipamentos e instalações. Durante o processo há produção de efluentes vindo da lavanderia onde são lavados os vestuários dos empregados por medidas de Biosegurança.

Gestor: Daniela de Lima Ferreira - Zootecnista

Equipe: Patrick de Carvalho Timochenco- Eng. Florestal

Silvestre de Oliveira Faria- Geólogo

Sônia Maria Tavares Melo - Advogada

As águas pluviais são coletadas e conduzidas por sistema de drenagem exclusiva sendo separadas dos efluentes de processo e efluentes sanitários e lançamento diretamente no sistema de drenagem pluvial do município.

Os efluentes sanitários são coletados por redes individuais, e direcionados até o sistema de coleta de esgoto do município, sem qualquer tratamento.

A forma de disposição final dos efluentes do Incubatório está sendo o encaminhamento direto à rede do município.

8 - Medidas mitigadoras

8.1 – Emissão de efluentes Líquidos

Implantação de sistema de tratamento de efluentes líquidos de acordo com o descrito no Plano de Controle Ambiental a saber:

- Tratamento preliminar: nesta primeira etapa do tratamento, a partir de operações estritamente físicas, removem-se os sólidos maiores, carreados nas águas residuárias afluentes à estação de tratamento. Os despejos da empresa passarão inicialmente por um sistema de peneiramento para separação de sólidos grosseiros.

- Tratamento primário: após o tratamento preliminar os despejos do processo serão encaminhados ao tratamento primário, passando por uma caixa de gordura para remoção de material graxo presente no fluxo. A partir da caixa de gordura, os despejos será encaminhados para um tanque de equalização para eliminação das flutuações de vazão e das cargas poluidoras, conferindo ao efluente as características propícias para a realização do tratamento biológico.

- Tratamento biológico secundário: tratamento em filtro anaeróbico, este processo tem a responsabilidade da estabilização da matéria orgânica e a redução da demanda bioquímica de oxigênio do afluente.

O esgoto sanitário será tratado por meio de fossa séptica com filtro anaeróbico antes de ser lançado na rede pública conforme norma ABNT/NBR 7229 e 13969.

8.2 - Resíduos Sólidos

Implantação do sistema de controle dos resíduos sólidos assim discriminadas:

Item	Resíduo	Disposição Final
01	Ovos quebrados e ovos eclodidos	Encaminhamento à graxaria para fabricação de ração
02	Pintos vivos desclassificados e pintos mortos	Encaminhamento à graxaria para fabricação de ração
03	Oleos lubrificantes usados	Comercialização com empresas de reciclagem e refino de óleo
04	Embalagens de lubrificantes	Encaminhamento aos fornecedores de lubrificantes para que se providencie devolução aos fabricantes dos produtos
05	Embalagens de produtos de limpeza e insumos	Comercialização com empresas de compra e venda de recipientes plásticos reutilizáveis
06	Embalagens plásticas	Comercialização com empresas de reciclagem de plásticos
07	Lâmpadas	Reciclagem
08	Lixo do setor administrativo e refeitório	Serviço municipal de limpeza pública
09	Penugem	Encaminhamento à graxaria para fabricação de ração
10	Vidraria	Estes resíduos deverão ser comercializados com empresas de reciclagem de vidros
11	Resíduos de embalagens de produtos veterinários	Devolução para os fornecedores destes produtos

9. Conclusão:

Diante do exposto, e após análise interdisciplinar pela equipe vinculada, este parecer é favorável à concessão da Licença de Operação Corretiva para o empreendimento FRANGO MINEIRO LTDA, condicionada às determinações constantes nos anexos I e ao atendimento aos padrões da Legislação Ambiental do Estado de Minas Gerais, com validade de 6 (seis) anos.


10. Parecer Conclusivo

Favorável: () Não (X) Sim

11. Validade da licença:

6 (anos)

Gestor: Daniela de Lima Ferreira - Zootecnista
 Equipe: Patrick de Carvalho Timochenco- Eng. Florestal
 Silvestre de Oliveira Faria- Geólogo
 Sônia Maria Tavares Melo - Advogada

	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARECER ÚNICO	Data: 4/4/2007
---	---	-----------------------

ANEXO I


Empreendimento: FRANGO MINEIRO LTDA CNPJ: 21.716.267/0001-99 Atividade: Incubatório de aves e venda de pintos de um dia Endereço: Rua Brumado, 330 Localização: Bairro Chapadão Município: Pitangui Referência: LICENÇA DE OPERAÇÃO	Classe/Porte: 4/G Validade: 6 ANOS
--	---

CONDICIONANTES - PROCESSO COPAM Nº 03109/2006/001/2006

ITEM	DESCRIÇÃO	PRAZO
1	Implantar o sistema de tratamento de efluentes líquido descrito no PCA	4 meses*
2	Manter na indústria para fins de fiscalização, notas de comprovação do destino de resíduos sólidos destinados à graxaria: penugem, ovos quebrados e ovos eclodidos, pintos mortos e pintos vivos desclassificados	Durante a vigência da LO
3	Manter na indústria para fins de fiscalização, notas de comprovação do destino de óleo lubrificantes usados para as empresas de reciclagem e refino de óleo.	Durante a vigência da LO
4	Manter na indústria para fins de fiscalização, notas de comprovação do destino de embalagens de produtos de limpeza e insumos, embalagens plásticas e embalagens lubrificantes e lâmpadas para as empresas de reciclagem e reutilização correspondente.	Durante a vigência da LO
5	Manter na indústria para fins de fiscalização, notas de comprovação do destino de vidraria e resíduos de embalagens de produtos veterinários	Durante a vigência da LO
6	Executar o Programa de Automonitoramento conforme definido pela SUPRAM-ASF no Anexo II.	Durante a vigência da LO

*Contado a partir da data de concessão da Licença Operação

Gestor: Daniela de Lima Ferreira - Zootecnista
 Equipe: Patrick de Carvalho Timochenco- Eng. Florestal
 Silvestre de Oliveira Faria- Geólogo
 Sônia Maria Tavares Melo - Advogada

	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARECER ÚNICO	Data: 4/4/2007
---	---	-----------------------

ANEXO II
PROGRAMA DE AUTOMONITORAMENTO
PROCESSO COPAM Nº 03109/2006/001/2006
FRANGO MINEIRO LTDA

Efluente líquido

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência
Ponto de coleta do efluente bruto de processo e da lavanderia (antes da peneira estática)	pH, sólidos sedimentáveis, sólidos voláteis, DBO ₅ , DQO, óleos e graxas	Quinzenalmente nos primeiros 06 meses após a instalação/operação do sistema. A partir daí mensalmente
Ponto de coleta do efluente bruto do esgoto sanitário e dos despejos do refeitório (antes do tanque séptico)	pH, sólidos sedimentáveis, sólidos voláteis, DBO ₅ , DQO, óleos e graxas	Quinzenalmente nos primeiros 06 meses após a instalação/operação do sistema. A partir daí mensalmente
Ponto de coleta de efluente tratado (após o filtro anaeróbio)	pH, sólidos sedimentáveis, sólidos voláteis, DBO ₅ , DQO, óleos e graxas	Quinzenalmente nos primeiros 06 meses após a instalação/operação do sistema. A partir daí mensalmente

Relatórios: Enviar semestralmente a SUPRAM-ASF, até o dia 10 do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises além da produção industrial e o número de empregados no período.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO, ou na ausência delas, no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater* APHA – AWWA, última edição.

4 - Resíduos Sólidos

As empresas ou entidades receptoras dos resíduos deverão ser licenciadas por órgão ambientais competentes para utilização dos mesmos, sendo que o transporte dos resíduos classe I também deverá ser licenciado.

Gestor: Daniela de Lima Ferreira - Zootecnista
 Equipe: Patrick de Carvalho Timochenco- Eng. Florestal
 Silvestre de Oliveira Faria- Geólogo
 Sônia Maria Tavares Melo - Advogada

RESÍDUO				TRANSPORTADOR		DISPOSIÇÃO FINAL		OB
Denominação	Origem	Classe	Taxa de Geração (kg/mês)	Razão Social	Endereço Completo	Forma (*)	Empresa Responsável	
							Razão Social	Endereço Completo

- (*)
- 1- REUTILIZAÇÃO
 - 2 - RECICLAGEM
 - 4 - ATERRO INDUSTRIAL
 - 6 - CO-PROCESSAMENTO
 - 8 - ESTOCAGEM TEMPORÁRIA (INFORMAR QUANTIDADE ESTOCADA)

- 3 - ATERRO SANITÁRIO
- 5 - INCINERAÇÃO
- 7 - APLICAÇÃO NO SOLO
- 9 - OUTRAS (ESPECIFICAR)

Página 11

Em caso de alterações na forma de disposição final de resíduos, a empresa deverá comunicar **previamente** a SUPRAM-ASF, para verificação da necessidade de licenciamento específico;

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendimento;

As notas fiscais de venda e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos, que poderão ser solicitadas a qualquer momento para fins de fiscalização, deverão ser mantidas disponíveis pelo empreendedor.

Importante: Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da SUPRAM-ASF, face ao desempenho apresentado pelos sistemas de tratamento.